

Prefeito anuncia mudanças no secretariado

ACM Neto confirmou Bruno Barral para a Educação e Virgílio Daltro para a Manutenção

ROMULO FARO
REPORTER

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), anunciou ontem os nomes de novos secretários e dirigentes de órgãos municipais que compõem a minirreforma de sua administração. Novidades foram apresentadas pelo democrata na cerimônia de lançamento do projeto 'Família Empreendedora' e da reinauguração do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Valéria, na Praça da Matriz. Em breve discurso, o prefeito afirmou que as mudanças são de "continuidade" nas pastas que sofreram modificações. "Essas mudanças acontecem num clima de absoluta continuidade de trabalho da prefeitura, de seguimento de todo o plano traçado para a segunda gestão. Você pode ver que boa parte das soluções são caseiras, de pessoas que já estavam conosco e que têm conhecimento pleno da cidade, que estão apenas mudando de tarefa. Vamos procurar manter sempre essa coerência de um governo que trabalha unido, de forma harmônica, focando e priorizando o dia a dia das pessoas. Ou seja, estamos mantendo o que vem dando certo com um novo ritmo, um novo oxigênio, pois quem assume uma nova função chega mais disposto", afirmou o prefeito ACM Neto.

Algumas mudanças no secretariado foram feitas, segundo ele, "por necessidade", como no caso da Secretaria de Educação (Smed) - Paloma Modesto pediu demissão 'em função de um convite da área privada', de acordo com o prefeito. Outras mudanças são "para dar um novo gás ao que já vem dando certo", como na área de manutenção, com o fortalecimento da Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Desal), de acordo com o democrata.

Os novos dirigentes tomam posse já hoje, após nomeação no Diário Oficial do Município. Para o lugar de Paloma Modesto, ACM Neto anunciou o nome do até então diretor de Iluminação da Prefeitura, Bruno Barral, formado em engenharia elétrica. Ele começou sua vida profissional como professor do Ensino Médio. Barral há dez dias 'já vem se inteirando dos assuntos da pasta da Educação', e vai ocupar o segundo cargo público da carreira. Para a diretoria de Iluminação, o prefeito vai nomear Júnior Magalhães, até então diretor-geral das Prefeituras-Bairro da capital baiana.

Júnior Magalhães será substituído nas prefeituras-bairro pela administradora e advogada Ana Paula Matos, que já foi diretora de Suporte e Educação da Secretaria de Educação de ACM Neto, presidente da Previs, secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza e subchefe de Gabinete da Vice-Prefeitura.

Para a Desal, "órgão que será fortalecido", o prefeito escolheu Marcílio Bastos, que ocupava a função de secretário municipal de Manutenção. O novo chefe da Desal é formado em Engenharia Civil com doutorado em Engenharia Municipal.



ACM NETO confirmou ontem Bruno Barral para a Secretaria de Educação e Virgílio Daltro para a pasta de Manutenção

Segundo e terceiro escalões são modificados

O prefeito ACM Neto já à noite de ontem novos nomes do segundo e terceiro escalões. O novo subsecretário da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult) será Cristian Cardoso, que já estava na atual gestão desempenhando a função de gerente de Central Sistemática da Diretoria de Modernização da Secretaria Municipal de Gestão (Semge). Administrador de empresas, ele também já foi do Bureau Veritas e coordenou o Prodetur na capital baiana. Cardoso assume no lugar de Bernardo Araújo.

O novo inspetor da Guarda Civil Municipal será o guarda concursado Alisson Carvalho, deixando o cargo João Neto. E o ex-deputado estadual Antônio Rodrigues, que estava na Desal, deixa o cargo para ser assessor especial do prefeito ACM Neto. Para a Desal, o prefeito já havia anunciado Marcílio Bastos.

Bruno Barral assume a Secretaria de Educação num momento conturbado na relação entre professores e prefeitura. Os docentes já paralisaram suas atividades alguns dias neste semestre para re-

vindicar reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho. O novo secretário promete "levar o diálogo ao máximo possível" para resolver o impasse com a categoria. "A nossa intenção é estar muito próximo da APLB, sempre conversando, sempre dialogando. Estamos com a secretaria de portas abertas para ouvir os quesitos e pleitos. Ainda não fiz nenhuma aproximação, mas pretendo de imediato. Relação boa é importante para que toda gestão flua na paz, com harmonia, com muita tranquilidade", afirmou Barral. (RF)

Vereadores fazem vistoria no Hospital da Mulher

ROMULO FARO
REPORTER

Os vereadores de oposição Marta Rodrigues (PT) e José Trindade (PSL - líder da bancada na Câmara Municipal) acompanharam ontem os colegas Alexandre Aleluia (DEM), Duda Sanches (DEM) e Cezar Leite (PSDB), que compõem a Comissão de Saúde do Legislativo, numa visita ao Hospital da Mulher em Salvador. Os parlamentares foram recebidos pelo diretor-geral da unidade, Marco Antônio, e pelo diretor Paulo Sérgio. Eles apresentaram dados dos atendimentos prestados no hospital. Para a vereadora Marta Rodrigues, "a visita foi importante para confirmar o alto número de atendimentos que o hospital tem realizado". De acordo com a direção do hospital, cerca de 420 mulheres são atendidas diariamente, e aproxima-

damente 9 mil atendimentos são feitos por mês.

De acordo com o diretor-geral, cerca de 40% das mulheres atendidas são de Salvador. "Isso demonstra que este hospital, uma conquista dos movimentos de mulheres e sociais, tem grande importância para a capital baiana e cumpre bem o papel de servir à população soteropolitana" avaliou Marta Rodrigues. O Hospital da Mulher, no Largo de Roma, foi construído e é administrado pelo Governo do Estado.

O vereador José Trindade disse que o hospital "deve ser um equipamento preservado e respeitado por todos que buscam uma saúde de qualidade" para Salvador. "Quase metade das pacientes são de Salvador.

É um equipamento essencial à cidade". Ainda de acordo com o diretor-geral Marco Antônio, a ginecologia é a área com maior atendi-

mento, para retirada de miomas, "uma patologia prevalente". A unidade de saúde é equipada com 27 consultórios e 134 leitos.

Presidente da Comissão de Saúde da Câmara, o vereador Duda Sanches, por outro lado, fez críticas ao governo do Estado.

"A comissão tem recebido inúmeras queixas relacionadas ao fechamento da UPA de Roma e à precariedade no atendimento do Hospital da Mulher", afirmou o democrata. O vereador Cezar Leite também contestou a qualidade do atendimento. "A população na espera da reabertura para atender a demanda da região e o Governo do Estado brincando de fazer de conta", disse o tucano, que é vice-presidente do colegiado. A UPA de Roma interrompeu as atividades no início de dezembro de 2016 para uma obra de adequação da estrutura, segundo nota oficial da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab).



EDIS da oposição e do governo visitaram instalações do Hospital da Mulher

CNJ adia julgamento contra Telma e Hirs

HENRIQUE BRINÇO E RAUL MONTEIRO
REPORTERES

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adiou ontem o julgamento do processo administrativo disciplinar contra os desembargadores Mário Alberto Hirs e Telma Laura Silva Britto, do Tribunal de Justiça da Bahia. O processo deveria ter sido apreciado na semana passada, mas um pedido de vistas impediu a votação. Ex-presidentes do TJ-BA, eles foram acusados de irregularidades no cálculo de precatórios, sob a alegação de que não teriam tomado providências a fim de coibir "os graves erros". A instauração do processo administrativo disciplinar foi aprovada - por unanimidade - pelo plenário do CNJ na sessão de 5 de novembro de 2013, quando o ministro Francisco Falcão exercia o cargo de corregedor nacional de Justiça.

A primeira fase de uma correição, realizada em abril de 2013, resultou no afastamento preventivo de Mário Hirs e de sua antecessora no cargo, Telma Britto. A correição foi motivada por indícios de descumprimento de determinações feitas ainda nos períodos em que os ministros Gilson Dipp e Eliana Calmon respondiam pela Corregedoria Nacional de Justiça.

Em fevereiro deste ano, o relator, conselheiro Arnaldo Hossepian, votou pela aplicação da pena de disponibilidade aos dois magistrados, com

vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. A pena equivale à suspensão por um período de dois anos. Depois, os magistrados podem pleitear o retorno ao cargo. A sessão foi suspensa com pedido de vista do corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, tendo havido, posteriormente, vista regimental à presidente Carmen Lúcia.

Segundo o relator Hossepian, Mário Hirs e Telma Britto "não exerceram a correta fiscalização sobre seus subordinados, consentindo que os cálculos fossem realizados em desacordo com a legislação". "Evidenciado o descumprimento reiterado dos deveres funcionais, haja vista que a gestão temerária dos requeridos alcançou precatórios com valores vultosos, bem ainda em razão da gravidade das condutas, que ocasionaram o efetivo prejuízo ao erário, revela-se inapropriada a aplicação de outra pena que não a de disponibilidade com vencimentos proporcionais", decidiu Hossepian.

O relator afastou a alegação preliminar dos dois magistrados, que pediam a nulidade da instauração do processo, e registrou que durante toda a tramitação foram garantidos a ampla defesa e o contraditório, inclusive acesso irrestrito à planilha de cálculos elaborada pela Corregedoria do CNJ.

Nas alegações finais, o Ministério Público Federal manifestou-se pela aplicação da pena de disponi-

bilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço dos dois desembargadores. Em julho de 2014, durante o recesso do Judiciário, o ministro Ricardo Lewandowski concedeu liminar determinando que os desembargadores Mário Hirs e Telma Britto retornassem ao TJ da Bahia, do qual haviam sido afastados por decisão do colegiado do CNJ. Os réus não foram encontrados pela Tribuna para comentar o caso.



O CNJ adiou o julgamento do processo contra os desembargadores Mário Alberto Hirs e Telma Britto

Coronel discute crise com gestores da UPB e TCM

DA REDAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Angelo Coronel, se reuniu ontem com o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Francisco Netto, e com o presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro. O objetivo da reunião foi tentar encontrar uma fórmula para reduzir o impacto do cálculo do índice de gasto com pessoal nas prefeituras, contabilizado no julgamento das contas dos municípios.

"Os planos de carreira da educação, assim como futuramente os consórcios estaduais de saúde, irão inviabilizar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que limita em 54% da receita o gasto com a folha de pessoal. As receitas municipais despencaram, mas os gastos permanecem inalterados e até aumentam quando se contabiliza os dispêndios com as exigências do Governo Federal", argumenta Coronel. Francisco Netto disse que a situação está sendo examinada pelo TCM, mas que uma solução não é tão fácil, porque a LRF tem que ser respeitada e cumprida.